

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 184

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE DEZEMBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Edno Guimarães e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 024/99

Curitiba, em 01.12.99.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 04 e 12 deste mês, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de, em Washington, fazer gestões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, objetivando a complementação de financiamentos para integralização da parte de recursos externos ao "Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria da Infra-Estrutura Municipal - PARANAURBANO" e, em Nova Iorque, tratar de assuntos particulares.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Ofício:

OFÍCIO Nº 235-DHT-99

Curitiba, 22 de novembro de 1999.

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de autorizar a realização de um Sessão Solene no plenário desta Casa de Leis, no dia 15.12 às 10:00 horas, para comemorar os 88 anos de fundação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Brasil e a Semana dos Evangélicos, instituída pela Lei nº 12.268 de 12.08.98.

Certo de contar com vossa preciosa atenção ao assunto em apreço, renovo na ocasião, votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Relator do projeto de lei orçamentária, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por uma Sessão Ordinária do Projeto de Lei nº 498/99, que consta da Ordem do Dia de hoje. Requeremos que o mesmo retorne na Sessão Ordinária de amanhã, dia 2 de dezembro.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a retirada por três Sessões Ordinárias do Projeto de Lei nº 15/96, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento do Projeto de Lei nº 547/99 de autoria do Deputado Tiago Amorim que visa reconhecer oficialmente o rodeio como um dos componentes da cultura popular paranaense, à Comissão de Turismo, conforme decisão na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento do Projeto de Lei nº 563/99, de autoria do Deputado Nelson Justus que visa incluir os Municípios de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto ao Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, à Comissão de Terras, Colonização e Imigração, conforme decisão na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2663

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja concedido licença de 12 (doze) dias, no período de 04 a 15 de dezembro de 1999, para viagem ao exterior, a fim de tratar de assuntos particulares, sem ônus para este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Bituruna pelo transcurso, no próximo dia 14.12.99, do seu 44º aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor José Constantino de Lara Ribas, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Remi Ranssolin, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do

Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de reconhecimento e gratidão à população de Bituruna, que estará festejando, no próximo dia 16 de dezembro/99, seus 44 anos de emancipação política.

Também são merecedores de nossa homenagem seus administradores de todos os tempos que muito fizeram em prol da grandeza do município e do bem estar do seu povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda população de Bituruna, com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação ao longo desses anos, num trabalho sério e honesto voltado ao bem comum.

REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Lunardelli, alusivos ao aniversário de 20 anos do Município, que ocorrerá no próximo dia 19 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Mário Masakazu Moribe e ao Presidente da Câmara Vereador Marcos Antônio Duarte, através de correspondência a ser encaminhada Av. Rui Barbosa, 480, CEP.: 86.935-000, Município de Lunardelli - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Borrazópolis, alusivos ao aniversário de 47 anos do município, que ocorrerá no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Rodolfo Haider, e ao Presidente da Câmara o Vereador Nivaldo Faleiros, através de correspondência a ser encaminhada a Pça. da República, 28 - CEP.: 86.925-000, Município de Borrazópolis - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de

Pitanga, alusivos ao aniversário de 56 anos do município, que ocorrerá no próximo dia 28 de janeiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Alexandre Carlos Buchmann e ao Presidente da Câmara João Flavio Wolff, através de correspondência a ser encaminhada a Praça 28 de janeiro, 171, CEP: 85200-000, Município de Pitanga - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Marilândia do Sul, alusivos ao aniversário de 47 anos do município, que ocorrerá no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Ivan Carlos Beligni, e ao Presidente da Câmara Niverssino Bueno, através de correspondência a ser encaminhada Rua Silvio Beligne, 200 - CEP: 86825-000, Município de Marilândia do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Tamarana, alusivos ao aniversário de 3 anos do Município, que ocorrerá no próximo dia 13 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Edson Siena e ao Presidente da Câmara Adanir Ferreira, através de correspondência a ser encaminhada a Rua José Izaltino Silvestri, S/N - CEP: 86125-000, Município de Tamarana - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Ortigueira, alusivos ao aniversário de 47 anos do Município, que ocorrerá no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Geraldo Magela do Nascimento e a Presidenta da Câmara a Vereadora Rosilda Aparecida Siqueira, através de correspondência a ser encaminhada a Rua São Paulo, 80 - CEP: 84350-000, Município de Ortigueira - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Imbaú, alusivos ao aniversário de 03 anos do Município, que ocorrerá no próximo dia 08 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Sidnei da Silva Mendes e ao Presidente da Câmara Vereador José Augusto Holm, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Ivo Jangada, S/N - CEP: 84278-000, Município de Imbaú - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Faxinal, alusivos ao aniversário de 47 anos do Município, que ocorrerá no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Valdecir Aparecido Poletini e ao Presidente da Câmara Vereador Vitor Procópio Portela, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Brasil, 694 - CEP: 86840-000, Município de Faxinal - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao Exce-lentíssimo Senhor Governador, Jaime Lerner, pela desocupação pacífica do acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Praça Nossa Senhora de Salete, em Curitiba.

Requer ainda que desta decisão seja cientificado o respectivo homenageado.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Paraná realizou a retirada pacífica dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Praça Nossa Senhora de Salete, após 172 dias de ocupação.

Os sem terras estavam acampados na Praça Nossa Senhora de Salete desde junho deste ano, causando um enorme desconforto em toda a população do Paraná, especialmente os cidadãos curitibanos.

O Governador esgotou todas as vias de negociação possível, não restando outra alternativa a não ser cumprir o que a Justiça havia determinado.

A questão da ocupação da Praça Nossa Senhora de Salete não tinha nenhuma relação com o problema social enfrentado pelos trabalhadores rurais sem terras em todo o Brasil. Trata-se de pressão política visando enfraquecer um Governo que pauta suas ações pelo exercício da democracia.

O Governador Lerner sempre ressaltou que o Estado do Paraná continua aberto ao diálogo e continuará, fazendo a mediação entre o MST, os ruralistas e todos aqueles que querem encontrar o caminho para a paz no campo. “O que estava acontecendo já tinha passado dos limites”, afirmou com razão o Governador.

Conforme o próprio Governador informou, há somente duas maneiras de resolver o problema agrário: “a primeira é oferecer mais áreas para os assentamentos. A segunda é respeitar a lei. Isso é necessário.”

Ademais, o Estado do Paraná é exemplo de reforma agrária para o País.

Recentemente, em Cafelândia foram inauguradas mais 36 unidades da Vila Rural Nova Conquista, que vai beneficiar aproximadamente 180 pessoas.

O Programa Vila Rural - O Programa Vila Rural é o mais abrangente do País na construção de moradias para trabalhadores rurais volantes, os bóias-frias. Contando os empreendimentos prontos e em obras, já são 350 vilas rurais implantadas no Estado, beneficiando aproximadamente 17 mil famílias ou uma população de 80 mil pessoas, considerando uma média de cinco por residência.

A Vila Rural é destinada exclusivamente ao trabalhador rural volante. Trata-se do financiamento de uma casa de alvenaria, de 44,5 m², com luz, água tratada, sistema sanitário e de um terreno de 5 mil m², para que o trabalhador possa plantar e criar pequenos animais, garantindo o sustento de sua família, mesmo nos períodos de entressafra, quando falta emprego nas lavouras da região.

Nos primeiros dois anos e meio de funcionamento de uma vila rural, as prestações são subsidiadas. Só depois, quando o morador comprovar também a utilização correta da área, é que é feito o contrato definitivo, em que o mutuário passa a pagar o valor do financiamento, conforme a renda familiar, em 25 anos. O Programa Vila Rural tem se constituído também num importante mecanismo para o trabalho de resgate da cidadania do bóia-fria e tem ajudado o governo a conhecer melhor a história desse trabalhador rural.

Ante o exposto, solicito o voto favorável dos nobres Pares para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2664

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, subscritor do presente requerimento, usando das prerrogativas regimentais, REQUER, depois da anuência do Plenário, para que sejam encaminhadas as congratulações desta Casa Legislativa ao aluno Jucemar Alves Teixeira, de 9 anos, da Escola Municipal Teotônio Vilela, da Cidade de Cafelân-

dia, pela conquista do primeiro lugar em redação, do tema “Praticando a Cidadania”, do Programa “Agrinho/99”, cujo evento é promovido pela Federação da Agricultura do Paraná e o SENAR/PR.

No mesmo sentido, requer também, para que sejam encaminhadas as congratulações deste parlamento a professora Sueli Skura Svolinski, da escola e cidade citadas, pela conquista do primeiro prêmio do Programa “Agrinho/99”, pelo trabalho desenvolvido em sala de aula, propositado à formação de futuros agricultores.

Do requerido, o proponente solicita que seja dada ciência aos homenageados junto a Escola Municipal Teotônio Vilela, à Rua Otalvino Andretta, s/n, na sede municipal de Cafelândia - Paraná, CEP 85415-000.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Martins de Oliveira, no sentido de que viabilize a instalação de um módulo policial (totem) na Avenida 7 de Setembro, defronte à Praça Oswaldo Cruz.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é formulado em vista da elevada incidência de atos de vandalismo naquela área, especialmente nos períodos noturnos e depois das partidas de futebol no estádio do Clube Atlético Paranaense, situado nas imediações.

Este pleito é alicerçado na absoluta necessidade na implantação desta medida e em vista de representar reivindicação de elevado número de pessoas que residem e trabalham naquela região.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 626/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O Município de Medianeira distante 600 km da Capital do Estado, possui cerca de 40.000 habitantes,

tendo atualmente 5 escolas estaduais e 17 escolas municipais, totalizando cerca de 9.000 alunos matriculados, destacando ainda o CEFET, que oferece aos seus 600 alunos cinco cursos técnicos.

Como em todo o nosso Paraná, Medianeira possui problemas sociais entre eles o de ocorrências policiais envolvendo crianças e adolescentes, principalmente nas escolas, não havendo projetos para coibir e orientar na busca de minimizar estes problemas.

O município possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil e um batalhão de Polícia Militar, ambos situados no centro da cidade, para atendimento de sua numerosa população, não possuindo estrutura adequada para atendimento envolvendo crianças e adolescentes.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 627/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Mulher no Município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O Município de Medianeira distante 600 km da Capital do Estado, possuindo atualmente diversos prédios públicos, tais como hospital, posto de saúde, escolas municipais e estaduais, além de uma economia baseada em agricultura, agropecuária e agroindustrialização.

Como em todo o nosso Paraná, Medianeira possui problemas sociais entre eles o de ocorrências policiais envolvendo mulheres, as autoridades policiais locais na tentativa de diminuir a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho.

O município possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil e um batalhão de Polícia Militar, ambos situados no centro da cidade, para atendimento de sua numerosa população, não possuindo estrutura adequada para atendimento envolvendo mulheres.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 628/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatória na rede escolar pública e privada de ensino, a inclusão nos currículos das disciplinas de química e biologia, na proporção de 5% (cinco por cento) do total das respectivas matérias ministradas

durante o ano letivo, de aulas sobre a constituição química e efeitos no ser humano de substâncias que causam dependência física ou psíquica e drogas psicotrópicas.

Art. 2º - As aulas serão ministradas a partir da 5ª série do ensino fundamental, estendendo-se até o último ano do ensino médio, sempre na mesma percentagem.

Art. 3º - Fica a Secretaria de Estado da Educação, responsável pela adoção de medidas necessárias visando a coordenação na reestruturação curricular, bem como a realização de cursos de capacitação do corpo docente, edições de publicações didáticas, material educativo e a adaptação de cronograma para aplicação da matéria.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a droga é definida como sendo toda a substância química que, introduzida no organismo, modifica uma ou mais de suas funções.

Atualmente no Brasil, existem vários tipos de drogas que causam dependência física e/ou psíquica, as quais são largamente utilizadas por adolescentes e jovens. Em pesquisa realizada pelo CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, envolvendo 3.555 estudantes de 1º e 2º grau da rede estadual de ensino de 10 capitais brasileiras, no ano de 1993, constatou-se que 27,3% deles já experimentaram algum tipo de droga (exceto álcool e tabaco) em suas vidas, e desses, 3,2% fazem uso freqüente de drogas e psicotrópica.

Os dados obtidos em relação ao tabaco revelam que 29,1% dos pesquisados já usaram pelo menos uma vez na vida, e 6,6% fazem uso hoje freqüente de cigarros. Outra pesquisa enfocando o tabaco, revelou que existem 46 milhões de fumantes no Brasil, sendo que o tabagismo é responsável por 80% dos casos de câncer de pulmão e bronquite alérgica, 30% dos enfartes e 25% dos derrames cerebrais.

Quanto ao álcool, os dados obtidos são mais preocupantes, pois do universo de estudantes questionados, 82,3% já fizeram uso de álcool em algum momento, sendo que 19,7% continua fazendo uso freqüente de bebidas alcoólicas. O alcoolismo é a terceira doença que mais mata no Brasil, depois de doenças cardíacas e câncer, além de ser responsável por 80% dos suicídios, 64% dos acidentes de trânsito fatais, além do alto índice de absenteísmo e acidentes de trabalho.

Não podemos deixar de alertar para os perigos que se submetem as pessoas que, não tendo nenhum motivo, tomam remédios sem receita médica. O uso indiscrimi-

nado de alguma s drogas como barbitúricos, ansiolíticos, anfetaminas, inalantes, xaropes, levam pessoas a dependência física/psíquica e até mesmo à morte.

Mas a nossa preocupação maior é o uso de drogas como cocaína, maconha e crack pelos nossos jovens, que destroem suas vidas e de suas famílias. Por isso, o nosso projeto visa atingir mais precisamente os alunos, tendo por objetivo levar ao conhecimento das crianças e adolescentes em fase escolar, os componentes químicos que as compõem, seus princípios ativos e as conseqüências causadas pelo seu uso no organismo humano. Estamos certos de que essas informações repassadas nas aulas de química e biologia, serão de suma importância para formar opinião e convencimento dos jovens, do mal que essas drogas fazem à saúde física e psíquica, se tornando essas lições mais um aliado no combate às drogas ilícitas.

PROJETO DE LEI Nº 629/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Marialva.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas com funcionários da CIRETRAN, correrão à conta do orçamento próprio do Município de Marialva.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento dos servidores municipais de Marialva, colocados à disposição da CIRETRAN.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição legislativa, visa contemplar aos municípios de Marialva, cidade maravilhosa, hoje contando com cerca de 30.000 habitantes, povo hospitaleiro, que transformou a região, em relevante produtor agro-industrial, conotada atualmente como Capital da Uva, estando em franco desenvolvimento e progresso.

Ouvindo o clamor da população, tomamos a iniciativa de autorizar o Poder Executivo do Estado do Paraná, a criar uma CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito em Marialva, para facilitar a vida dos condutores de veículos da região, que administrativamente poderão resolver as questões relacionadas a trânsito, bem próximo de casa.

Por se tratar de matéria de cunho meritório, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 630/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção aos Autistas - APROAUT, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção dos Autistas - APROAUT, que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública foi fundada em 28 de setembro de 1996, na Cidade de Ponta Grossa, e cuja finalidade principal é manter um centro especializado para o atendimento clínico e pedagógico das crianças e adolescentes portadores de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento como autismo infantil, autismo atípico, Síndrome de Asperger, transtorno de Hiperatividade associado a movimentos estereotipados e retardo mental, psicose infantil e esquizofrenia.

Este centro receberá o nome de Comunidade Terapêutica Educacional Esperança e se situará na Rua Francisco Guilhermino, 166, Parque Santa Lúcia, Cidade de Ponta Grossa.

Pelo belo trabalho que presta, a referida Associação é constantemente elogiada pela comunidade, sendo uma luta árdua e que merece o nosso respeito no sentido de que tal projeto seja aprovado o mais rápido possível pelos nobres colegas desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço uso do Pequeno Expediente e gostaria de colocar aqui a minha posição.

Com relação à 2ª Discussão da Proposição nº 029/99, que trata da alteração da Constituição do Estado do Paraná, gostaríamos de fazer as seguintes observações:

1 - Na sessão de ontem votamos a favor da constitucionalidade da matéria, deixando para hoje a discussão do mérito da proposição, das emendas apresentadas e do substitutivo geral.

2 - Somos contrários às emendas nº 7 e nº 2, que criam 7 cargos de Controladores para o Tribunal de Contas e regulamentam a indicação destes cargos. Entendemos que, a delicada situação financeira do estado e o clamor da opinião pública impedem a criação dos cargos de Controladores. Além do que, entendemos que o Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, já possui um quadro adequado para os serviços executados, não precisando no momento de mais cargos na sua estrutura funcional.

3 - Também votaremos contra a emenda nº 8, que suprime o inciso VII do artigo 178 da Constituição, eliminando a gestão democrática e a participação da comunidade escolar na escolha da direção das escolas públicas estaduais. Para nós isto é um retrocesso e um atentado contra a democracia nas escolas paranaenses. Pais, alunos, professores e funcionários poderão ser impedidos de escolher, democraticamente, os seus legítimos representantes na direção das escolas.

4 - Somos contrários à emenda nº 3, que na prática suprime a regulamentação da carreira de Técnico Fazendário Administrativo da Secretaria de Estado da Fazenda. Garantir a carreira destes servidores é fundamental para melhorar as condições de vida e de trabalho na Secretaria. Esta emenda frustra a expectativa dos técnicos que esperavam, ansiosamente, terem a sua antiga reivindicação atendida nesta revisão da Constituição.

Por isso, Sr. Presidente, srs. Deputados, entendemos que é muito importante a adequação da Constituição Estadual, mas não podemos votar a favor da forma como veio a esta Casa, com estas emendas que vem a prejudicar e por isso declaramos o nosso voto contra por causa de algumas emendas aqui colocadas que prejudicam este projeto.

Obrigada, Sr. Presidente, obrigada, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segunda oradora inscrita, Deputada Serafina Carrilho.

A SRA. SÉRAFINA CARRILHO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

(Lê):

“DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS

Hoje 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta Contra a AIDS. O Brasil e todos os demais países que integram o Sistema das Nações Unidas marcarão esta data com ações de impacto para a sensibilização e informação sobre a questão da AIDS, e em especial, para o aumento da disseminação do HIV AIDS entre as mulheres, crianças e adolescentes.

Diante disso, o tema proposto pelo Programa de AIDS da Organização das Nações Unidas, ONU, é Escute, Aprenda e Viva.

No Brasil, o slogan foi adaptado para: a prevenção começa com o diálogo. Converse, aprenda e viva sem AIDS.

A AIDS no Brasil foi diagnosticada pela primeira vez em junho de 1982. Em dezembro daquele mesmo ano, o País contabilizava 13 casos. Hoje existem 163,3 mil casos registrados, com uma taxa acumulada de 51% de óbitos, sendo que 1995 e 1997 pode ser constatada uma redução de 38% nas taxas de mortalidade. A última estimativa feita pelo Ministério da Saúde aponta para 537 mil pessoas na faixa etária dos 15 aos 49 anos infectadas.

A Tendência atual da AIDS no Brasil aponta para uma maior disseminação do HIV junto aos indivíduos heterossexuais, predominantemente do sexo feminino, sobretudo entre as camadas mais pobres da população.

As crianças e os jovens são as maiores vítimas. Das 16 mil pessoas que se infectam pelo HIV a cada dia no planeta, dois terços possuem menos de 25 anos.

Estima-se que, em todo o mundo, cerca de mil crianças são infectadas pelo HIV a cada dia. Se essa propagação não for contida, a AIDS pode aumentar a mortalidade infantil em, pelo menos, 75%.

A luta contra a AIDS é uma responsabilidade de todos. Somente com o empenho da sociedade pode-se reduzir o avanço da epidemia de AIDS no Brasil.

Apelo ao nobres Pares que se engajem nesta luta.

Aproveito para informar que neste 1º de dezembro, o Ministério da Saúde em parceria com a Prefeitura de Curitiba e Governo do Estado do Paraná, realiza a partir das 18 horas, show na Pedreira Paulo Leminski, nesta capital, com Jorge Ben Jor, Claudinho e Bochecha, Pato Fu, Maurício Manieri e Relespública. A expectativa é de levar cerca de 20 mil pessoas para o evento. Será cobrado ingresso no valor de R\$5,00 e o total arrecadado será convertido em recursos para as ONG que trabalham com a AIDS no Paraná.

Todos os artistas abriram mão do cachê. O evento conta com o apoio do Banco do Brasil e do Laboratório Abbot. A Região Sul é onde a epidemia de AIDS mais cresce no País; em razão disso a cidade de Curitiba foi escolhida para sediar o espetáculo.

Nosso apoio a iniciativa e nosso compromisso com a causa: viva sem AIDS”.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Orador inscrito, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Gostaria de colocar, no dia de ontem, devido a um Horário de Grande Expediente, um Horário de Lideranças bastante acentuado e compromisso da Comissão Especial de investigação, bem como compromissos também de parlamentares externos e a necessidade regimen-

tal de um número de Deputados presentes, para votar a emenda constitucional, não fizemos o encaminhamento desse substitutivo da emenda que ora apresentamos.

Gostaria da atenção dos Srs. Deputados e da imprensa aqui presente, que no dia de hoje, inclusive, em suas manchetes, provavelmente sem uma avaliação mais profunda desse processo e da própria emenda referida, estabeleceu como se a Assembléia estivesse aqui buscando ocupação de espaços dessa Casa e que no final desse pronunciamento, desse encaminhamento, quero fazê-lo detidamente sobre emenda de número 08, que foi incorporada ao processo, para podermos entender na plenitude o que a Assembléia está se propondo fazer.

Quero inicialmente apenas dizer, que temos dois procedimentos aqui na Casa, que estão correndo simultaneamente. Um: o processo de revisão constitucional estabelecido no art. 2º das Disposições Transitórias da nossa Constituição, que será e está sendo feito, está recebendo emendas de Parlamentares, para poder, apreciando e votando essas emendas, propiciar as alterações que se fizerem necessárias no nosso Estado.

Quais delas, por exemplo? Os assuntos que envolvem com maior polêmica pessoas que têm pensamento na sociedade a favor e/ou contra.

Diria que existe uma tendência, Deputado Luiz Carlos Martins, em alguns setores de unificação, por exemplo, do Tribunal de Alçada com o Tribunal de Justiça. Entendemos que isso deva ser uma discussão mais aprofundada, envolvendo a Ordem dos Advogados, a sociedade, num debate mais profundo, para saber o que é melhor para a agilização do Judiciário no Estado do Paraná. Essa emenda está sendo e será apreciada pela Comissão de revisão Constitucional.

Todos ouvimos por aí, que existe um desejo atual de unificação de polícias. A nossa Constituição define com clareza, que na segurança pública existe uma Polícia Civil e uma Polícia Militar, quem compõe a Militar e a Civil.

Estamos declinando para a revisão constitucional assuntos que, eventualmente, tem a ver com a unificação de Polícia Civil e Polícia Militar, na Segurança Nacional. O Instituto de Criminalística, que tem tendência de não participar na Segurança Pública e ser um departamento isolado, está sendo discutido na nossa revisão constitucional.

Aqui, temos um emendão, que está sendo votado dentro dos preceitos regimentais. Nesse emendão estão sendo adotados 21 emendas constitucionais, já aprovadas no Congresso Nacional. Quem pegar a Constituição do Estado do Paraná no dia de hoje, aproximadamente em 20% dela, já está revogada tacitamente, porque há uma determinação superior da Constituição Federal, que mudou esse dispositivo.

Existem mais 06 emendas de revisão aprovadas na Constituição Federal, que necessariamente tem que ser introduzidas na nossa. E já foram aprovadas na Assembléia Legislativa do Paraná 05 emendas constitucionais durante este período, aprovadas por este Plenário, que

estavam em apêndice separado, que estão sendo incorporadas, neste Emendão.

Quando apresentou-se o Emendão, cumprindo-se dispositivos constitucionais, Srs. Deputados, foi aberto um prazo de 5 dias para emendas sobre este Emendão, sobre esta Emenda Constitucional.

Estes 5 dias, chegou-se a aguardar 8, 9, 10 dias, agora me foge à memória, dando tempo de apresentação de emendas. Neste período foram apresentadas 8 emendas que foram apreciadas e incorporadas ao texto, algumas, transferidas outras para discussão na revisão constitucional.

E, me parece, que a que mais causou surpresa, embora aqui dentro tenha modificações enormes na questão de demissão do servidor público, na questão de fixação de salários, na questão da estabilidade, na questão da seguridade social do servidor, tudo aqui dentro, mas isso não merece nenhum tipo de avaliação ou de análise. O que mereceu análise foi uma emenda que modifica e altera a questão do Tribunal de Contas.

Pois bem, queria, a luz da nossa Constituição Estadual, de hoje, em pleno vigor, analisar que trem da alegria está criado aqui, numa emenda que esta foi distribuída, neste Plenário, para quem quisesse recebê-la, emenda que estão anexadas ao processo.

Esta emenda, de nº 8, diz o seguinte, ela começa enumerando o que vai ser mudado, então ela diz: Os incisos 7º e 20 do Art. 54, os §§ 1º, 2º, 4º e 5º do Art. 77 e os incisos 15, 17, 18 e 19 do Art. 89 da Constituição do Estado do Paraná, passam a vigir com a seguinte redação, agora vamos pegar o primeiro que mudou. O Art. 54 da Constituição Estadual, vou ter que ser um pouco prolixo para tirarmos esta dúvida de uma vez.

O Artigo 54 da Constituição Estadual diz, no seu inciso 18: Compete privativamente a Assembléia Legislativa, escolher 5 dos 7 Conselheiros e auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O que diz a Emenda? Escolher 5 dos 7 Conselheiros do Tribunal de Contas. Está tirando o auditor, está diminuindo a possibilidade da Assembléia de fazer qualquer indicação. Está restringindo, portanto, o que já está composto na Constituição que está em pleno vigor.

O inciso 20, do Artigo 54 diz aqui: Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública a escolha de: a) Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, indicados pelo Governador. Como é que está ficando na nossa emenda, aprovada aqui, pela Assembléia? Escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas. Portanto está excluindo o auditor, está diminuindo o poder da Assembléia, está enxugando a possibilidade de participação da Assembléia.

O Artigo 77 que é o próximo que está sendo alterado. Vamos ver como é que ele está em vigor, Artigo 77, diz aqui: os conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos. Qualquer um de nós tem plena consciência da diferença entre indicados e

nomeados! Qualquer cargo público, após a execução de um concurso é nomeado, pelo Chefe do Poder Executivo. O nosso dispositivo está dizendo que serão nomeados, entre brasileiros que satisfaçam os requisitos que já se estipulava na Constituição: mais de 35 anos, mais de 10 anos de experiência e tal. Portanto, evidentemente, este Artigo teria que manter a presença do controlador, que na frente será discutido.

Vamos para o outro artigo alterado, o § 2º da nossa Constituição diz: Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos, 2/7 pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia alternadamente entre auditores e membros do Ministério Público. Como é que está agora aqui no projeto que foi aprovado: Dois pelo Governador do Estado. Chamo atenção que dois sétimos de sete é dois. Portanto não está mudando número. Com a aprovação da Assembléia um de livre escolha, e outro entre auditores e membros do Ministério Público. Estamos adequando exclusivamente àquilo que diz a Constituição Federal na competência de nomeação de Conselheiros junto ao Tribunal de Contas da União. Porque da forma como a nossa Constituição está ao Executivo não cabe nenhuma indicação. Porque 5 é da Assembléia Legislativa e 2 é entre Auditores e Procuradores. Portanto, não há a livre indicação do Executivo que faz parte desse tripé do Tribunal. A adequação pura e simples daquilo que está na Constituição Federal.

O § 4º diz que os Auditores em número de 7 é o mesmo que está aqui. A grande polêmica, surge aqui no Artigo 5º. Chamo atenção para o Artigo 5º: “Os controladores do Tribunal de Contas do Estado em número de 7, terão suas atribuições definidas em Lei de iniciativa da Assembléia do Paraná, com as garantias e prerrogativas de impedimentos, vencimentos dos Auditores.

Por que estamos colocando que eles serão regulamentados por uma Lei da Assembléia Legislativa. Nesse instante a partir do momento Deputado Nelson Justus, que V. Exa. promulgar esta Reforma da Constituição, não haverá sob hipótese nenhuma, nenhum controlador, seja lá o que for criado por esse Dispositivo, ele apenas está dizendo que uma Lei de iniciativa da Assembléia Legislativa vai regulamentar lá na frente como é que fica a questão de controladores. Por que isso? Temos hoje 2 auditores do Tribunal de Contas só tem 5 vagas de auditor, que se fosse para colocar Deputados, estaríamos colocando dessas 5 vagas abertas e existentes Deputado Pessuti. No entanto, pesa a discussão da constitucionalidade da indicação ou de concurso e devido a esta DIM que não é julgada, permanece o Tribunal sem a sua formação de substituição aos Conselheiros. Pensamos de diversas formas, todas elas poderiam cair exatamente na possibilidade de que a Assembléia se assenhorasse ou fosse assim parecido nessas indicações. Preferimos chamar para uma Lei que terá que ser votada e amplamente discutida nessa Lei, uma questão que com sinceridade nesse instante não gostaria de abordar. Mas é importante que a Assem-

bléia crie claro àquilo que ela pretende. Por quê? Um auditor, um Conselheiro do Tribunal de Contas tem que ser vitalício. Porque a lei que foi feita na Assembléia não pode estipular tempo. Que seja possível de ser substituído antes de chegar aos 70 anos. Porque todos só vão para a compulsória após atingir 70 anos? Porque a Assembléia Legislativa não pode ter presença junto ao Tribunal de Contas. Hoje o Executivo tem um procurador junto ao Tribunal de Contas. Os Conselheiros estão lá como vitalício. E a Assembléia tem o quê? A Assembléia que tem no Tribunal de Contas seu órgão auxiliar e é o único poder que não tem nenhum instrumento, não tem ninguém para poder defender os interesses das suas próprias leis ou dos seus municípios. Será possível que este Poder não pode legislar para ver qual é o melhor caminho para ter uma participação lá dentro. Será que aqui, em alguma vírgula desse projeto alguém pode se sã consciência dizer que está se criando um cargo? Ou que está dizendo que este cargo será nomeado ou deixará de ser nomeado? Como essa lei vai definir? Qual é a decisão que será feita no Superior Tribunal Federal, onde existe um recurso a respeito dos auditores.

Então, quando discutimos assuntos na profundidade desse deveríamos, pelo menos, nos deter naquilo que o projeto diz. Avaliar aquilo que está aqui colocado. Foram juntadas as emendas aqui no Substitutivo exatamente para que ele tivesse a transparência da discussão necessária. Não move a essa Relatoria, nem aos deputados que colocaram assinatura nessa emenda, nem ao Deputado Valdir Rossoni que é Líder do Governo, e também foi apontado como interessado, inclusive numa das vagas. Não move a nenhum de nós a participação por indicação num dispositivo que a Constituição Federal proíbe que seja por nomeação. Quem for analisar verá na Constituição que ela diz que os conselheiros serão nomeados, conseqüentemente todos os demais serão por concurso. Se serão por concurso queremos discutir aqui como vai ser feito esse concurso? Quem participa dele? Qual é o tempo de duração? Qual o tempo que a pessoa permanecerá nessa disposição? Existe uma alternativa com que haja uma eleição desses representantes do Poder e limitado dentro do tempo?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou aqui nesta Casa há cinco mandatos. Já fui governo; já fui oposição. Já fui líder de governo; já fui líder de bancada. Já fui Relator da Constituição que foi aprovada em 1988 e que foi mudada do primeiro ao último artigo. Tivemos que bater muito duro com muitos *lobbies* que entraram por aqui. Tenho certeza que a Constituição do Paraná foi uma das únicas que não admitiu *lobby* nenhum. Que ampliou o espaço popular na Constituição. A única do Brasil que tem um dispositivo inteiro tratando do idoso, da mulher, do índio, da criança. Uma das únicas que garante o espaço da participação popular dentro desse poder. Não seria agora numa emenda, enquanto a nossa Constituição está com a revisão em andamento que qualquer dispositivo aqui, eventualmente mal colocado,

possa ser suprimido amanhã numa emenda de revisão. Não é neste momento que jogáramos na lata do lixo o conceito conquistado durante muitos anos.

Só quero dizer que lamento profundamente que as pessoas que não se detiveram a olhar melhor o que aqui foi apresentado, tentem impingir nesta Assembléia o indicativo de trem da alegria que não é essa a nossa motivação nesse instante.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças. Consulto as lideranças do PDT, PSL, PSB, PST, PMDB, PPB.

(**Declinam**)

Concedo a palavra, na Liderança do PSDB, ao Deputado Antonio Carlos Baratter.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Hoje pela manhã, na sede do PROCON, presidida pelo Secretário Sérgio Spada, foi criado o Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Interesses Difusos.

(**Lê**):

“LEI Nº 11.987

DATA: 05 de janeiro de 1998

SÚMULA:

Cria o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID) e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID), previsto no Art. 13 da Lei nº 7.345, de 24 de julho de 1985, e nos termos do Art. 100, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Art. 29 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.

§ 1º - O FEID, instrumento de natureza contábil, gerido por um Conselho Estadual, tem como finalidade a prevenção e a reparação dos danos causados ao consumidor, ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

§ 2º - Os valores arrecadados pelo FEID poderão também ser utilizados no aparelhamento dos órgãos de defesa dos interesses difusos, promoção de eventos educativos e científicos, bem como na edição de material informativo relacionado com a natureza da infração ou dano causado.

Art. 2º - Constituem receitas do FEID:

I - indenizações oriundas de condenação pelos danos mencionados no Art. 1º e multas decorrentes do

descumprimento de decisões judiciais pertinentes a ofensas perpetradas a direitos difusos e coletivos;

II - multas administrativas e as provenientes do não cumprimento de obrigação assumida em compromisso de ajustamento de conduta, firmado perante órgãos públicos legitimados do Estado;

III - transferências orçamentárias provenientes de entidades públicas;

IV - multas decorrentes do descumprimento de decisões judiciais, pertinentes a ofensas perpetradas, direitos difusos e coletivos”.

Venho à tribuna para dizer que esta é uma extraordinária lei, que fortalece a democracia, porque tem como subestrato a cidadania.

Quero parabenizar o Deputado e Secretário de Governo Sergio Spada, que com certeza absoluta o povo do Paraná lesado em seus direitos sejam quais forem a partir de agora tem mais uma guarida, a essa iniciativa extraordinária do Deputado Sergio Spada.

E que este extraordinário Secretário permaneça firme e forte até o último dia que a lei lhe permita diante desta Secretaria.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PTB, PFL, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 024/99, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País, entre os dias 04 e 12 do corrente mês com destino aos Estados Unidos da América, afim de, em Washington, fazer gestões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, objetivando a complementação de financiamento para integralização, da parte de recursos externos ao “Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria da Infra-estrutura Municipal - Paraná Urbano” e, em Nova Iorque, tratar de assuntos particulares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 235-DHT-99, subscrito pelo Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente, solicitando autorização para realização de uma Sessão Solene no plenário desta Casa de Leis, no dia 15 do corrente mês, às 10:00 horas, para comemorar os 88 anos de fundação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Brasil e a Semana dos Evangélicos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2663, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando licença de 12 (doze) dias, no período de 04 a 15 do corrente mês, para viagem ao exterior a fim de tratar de assuntos particulares, sem ônus para este Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero salientar que nesta oportunidade serei, com muita honra, substituído pelo Vice-Presidente da Casa, Deputado Caíto Quintana, o que me deixa perfeitamente tranqüilo para fazer uma viagem que havia programado há mais de seis meses e que não tive condições de desmarcar, apenas de não reduzi-la. Viajo tranqüilamente e, feliz o Presidente que tem um Vice como o Deputado Caíto Quintana e que pode se ausentar por oito dias da maneira mais tranqüila possível.

Gostaria também de esclarecer que, durante este período como o Presidente requereu não tem direito às Sessões Extraordinárias.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 029/99, proposta de emenda alterando a Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. COM SUBSTITUTIVO GERAL.

Está em discussão o Substitutivo.

Está em votação o Substitutivo Geral.

Esta Presidência esclarece ao Plenário que para votação da Proposição nº 029/99, proposta de Emenda alterando a Constituição do Estado do Paraná, adotará novamente os dispostos pelo § 5º, do Artigo 64 da Constituição e Artigo 196 do Regimento Interno. Ou seja, a votação será pelo processo nominal, da seguinte forma, os nomes serão enunciados em voz alta, pelo Senhor 1º Secretário Hermas Brandão. Os Senhores Deputados levantando-se das duas

cadeiras responderão “sim” ou “não”, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação.

A Presidência salienta que para aprovação da Proposição serão necessários 3/5 dos votos, ou seja, trinta e três (33) votos “sim”.

Solicito, portanto, ao Senhor 1º Secretário Hermas Brandão, que dê início à chamada nominal para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

36 Senhores Deputados votaram “sim”, e 4 Senhores Deputados votaram “não”. **Está aprovada em segundo turno a Proposição 029/99, proposta de emenda à Constituição do Estado. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/96, que estabelece a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL. EMENDAS E SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNÁRIO.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2661 de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a retirada por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 015/96, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 015/96 por 03 (três) sessões.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

Projeto. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº 457/99 - AUTORIA DO DEPUTADO GERALDO CARTÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar um lote de terreno para a Pastoral da Criança

do Município de Pérola D'Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Creche Coração de Maria - CRECOMAR, de Quarto Centenário, com sede e foro no Município de Quarto Centenário. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 580/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Ventura de São Roque, com sede no Município de Boa Ventura de São Roque e foro no Município de Pitanga.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Funcionários da Creche Municipal Cassiopéia - APFCMC, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/99, que dispõe que todos os Órgãos da Administração Indireta do Estado, exceto as Universidades Estaduais, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, da mesma linha do encaminhamento da sessão de ontem nós até entendemos a intenção do Governo do Estado, como bem disse o Deputado Valdir Rossoni, em governos anteriores também se procedeu o repasse, a centralização de recursos de autarquias e empresas estaduais para o Tesouro, para atender a demanda de final de ano.

Mas recordo-me naquelas oportunidades quando se fez a centralização de recursos da imprensa oficial, por exemplo, que eu me lembro numa ocasião foi em torno de 5 milhões naquela oportunidade. Lembro-me de quase 30 milhões de reais do DETRAN, em todas aquelas oportunidades nós sabíamos os valores que estavam sendo retirados daquele órgão e centralizado junto ao Tesouro, e sabíamos também no que iria ser aplicado, e foi esta a solicitação que nós fizemos ontem ao Líder Valdir Rossoni, para que ele nos desse conta na Sessão de hoje, do

montante de recursos que são retirados desse ou daquele órgão, e para que finalidade se destinarão esses recursos.

Como até o presente momento o Deputado não nos deu contas do montante que está sendo retirado desse ou daquele órgão, e a finalidade a que se destina essa centralização, nós somos evidentemente levados a votar contrário ao Projeto 598/99, que permite ao Governo centralizar no Tesouro 90% do saldo financeiro disponível junto aos organismos do Estado do Paraná, com algumas exceções.

Então, nós votaremos contrário a este Projeto 598/99.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Percebo no encaminhamento do Deputado Orlando Pessuti, e ele carece de esclarecimentos. Quero dizer ao Deputado Pessuti de que os valores que serão retirados dessas autarquias, nós só teremos conhecimento no final do mês de dezembro.

Então, não temos aqui os valores para esclarecer a Vossa Excelência. Mas, pode ter a certeza e ficar tranquilo que vamos ter o mesmo procedimento de esclarecimento de quando Vossa Excelência era governo.

Era esse o esclarecimento que eu tinha para Vossa Excelência de quando era governo. Era esse o esclarecimento que eu tinha para Vossa Excelência, quero tranquilizá-lo, porque teremos a mesma atitude quando governo de Vossa Excelência mandava para esta Casa o "raspa tacho". Não mudaremos o procedimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 598, declino meu voto, antecipadamente, será contrário, pela seguinte razão, Deputado Valdir.

Sempre achei que é má política o Executivo recolher da administração indireta ou das empresas públicas ou de quem quer que seja saldo financeiro em fim de exercício, lhe direi por que. Normalmente um administrador de uma indireta do Estado, de uma empresa pública do Estado ou de uma autarquia do Estado, se ele for comedido no seu orçamento. se ele for cuidadoso no gasto, ele chega no fim do ano com recurso orçamentário na sua administração.

Do lado dele tem um outro esbanjador, perdulário, gasta o orçamento, faz suplementação, gasta de novo, pede suplementação, chega o fim de ano não tem nada para desenvolver e está faltando dinheiro. O que acontece? Recolhe dinheiro daquele que cuidou durante o ano inteiro da sua administração para dar aquele que já havia gastado.

Acho que é de má-política a devolução sistemática de recursos de órgãos públicos que tem sobra de orçamento no fim do exercício financeiro.

Isso didaticamente induz o administrador para quando chegar o mês de agosto, setembro, por aí, torrar tudo o que tem, porque se ele não torrar em novembro ou dezembro ele tem que devolver para o Tesouro.

Então, acaba não tendo prioridade. Mas, mais do que isso, porque tenho a certeza, que embora a Oposição ou parte da Oposição vote contrário, ele será aprovado e em 1ª Discussão. Deputado Valdir, Vossa Excelência deveria, pelo menos, questionar com o Governo uma coisa, que esta lei, se há, por exemplo, uma necessidade de caixa este ano, se esta lei, se aprovada, fosse para este ano, não fosse genérica, “ad-perpetuum” para que este Governo e outros governos mantenham, baseado nessa Lei, o dispositivo de decapar recursos das indiretas do Estado, ano após ano, porque, senão, vamos estabelecer a sistemática da pessoa gastar mais do que precisa, exatamente, para não ter que devolver no final do exercício. Se passar a Lei e for para a 2ª Votação e a tendência for de passar pela 2ª Votação, que haja uma Emenda dizendo o seguinte: “Por um ano, por dois anos, para que não seja genérica e acabe se transformando num indutor de gastos desnecessários pelos administradores da indireta do Estado”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em Vvotação o Projeto de Lei nº 598/99, Mensagem nº 22/99. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, peça que registre o voto contrário da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 23/99, que altera a Redação dos Dispositivos da Lei nº 11.80, de 26 de dezembro de 1995- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas em nº 08, (oito) de autoria de diversos Senhores Deputados devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 606/99

O § 5º do artigo 3º da alteração 1ª do Projeto de Lei nº 606/99, passa a ter a seguinte redação:

“§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto apurado resultar em montante inferior a 35 UFIR, terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a UFIR do mês do vencimento do imposto.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, LUIZ CAR-

LOS ZUK, EDGAR BUENO, NEREU MOURA, ADEMIR BIER e LUCIANA RAFAGNIN.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Adiciona o Inciso IV ao Artigo 11 da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, alteração 2ª do projeto de Lei nº 606/99, com a seguinte redação:

“Art. 11 - O IPVA deverá ser pago na hipótese da alínea “d”, do § 1º, do Art. 2º, atualizado monetariamente sem multa e juros.

I - ...

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) ...

h) ...

i) ...

II - ...

III - ...

IV - Fica concedido desconto de 5% (cinco por cento) para o pagamento do IPVA em parcela única até o vencimento, conforme disposto no inciso I da presente lei.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, EDGAR BUENO, NEREU MOURA, ADEMIR BIER e LUCIANA RAFAGNIN.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

O § 3º do Artigo 11, da alteração 2ª do Projeto de Lei nº 606/99, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3º - no caso de pagamento do imposto, em parcela única, até 29 de fevereiro de 2.000, será concedida redução de 20% (vinte por cento) do valor devido.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, EDGAR BUENO, NEREU MOURA, ADEMIR BIER e LUCIANA RAFAGNIN.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

O Inciso I, do Artigo 11 da alteração 2ª do Projeto de Lei nº 606/99, passa a ter a seguinte redação:

“I - em relação a veículos cadastrados no DET-RAN:

a) até o mês de março - veículos de placa final 1;

b) até o mês de abril - veículos de placa final 2;

c) até o mês de maio - veículos de placa final 3;

d) até o mês de junho - veículos de placa final 4;

e) até o mês de julho - veículos de placa final 5;

f) até o final de agosto - veículos de placa final 6;

- g) até o mês de setembro - veículos de placa final 7;
- h) até o mês de outubro - veículos de placa final 8;
- i) até o mês de novembro - veículos de placa final 9;
- j) até o mês de dezembro - veículos de placa final 0.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(aa) EDGAR BUENO, ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA, ADEMIR BIER e LUCIANA RAFAGNIN.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Adiciona a alteração 4ª ao Projeto de Lei nº 606/99, com a seguinte redação:

Alteração 4ª - O Inciso I e as letras “a”, “b” e “c”, do § 1º, do Artigo 15, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 15 - ...

I - 10% (dez por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido.

§ 1º - ...

a) para 1% (um por cento), do 1 ao 10º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento;

b) para 2% (dois por cento), do 11º ao 20 dia da data indicada na alínea anterior;

c) para 3% (três por cento), do 21º ao 30º dia, contados da data indicada na alínea “a”.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, EDGAR BUENO, NEREU MOURA, ADEMIR BIER, LUCIANA RAFAGNIN.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

O Inciso III do Art. 11, da alteração 2ª do Projeto de Lei nº 606/99, passa a ter a seguinte redação:

III - Nas hipóteses das alíneas “a”, “b”, e “c” do § 1º do Art. 2º o IPVA deverá ser pago no prazo de sessenta dias, da data da aquisição do desembaraço aduaneiro ou da arrematação em leilão, respectivamente.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, EDGAR BUENO, NEREU MOURA, ADEMIR BIER e LUCIANA RAFAGNIN.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o § 8º.

“§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto resultar em montante inferior a 40 UFIR terão como carga tributária

este valor, tomando-se por referência a UFIR do mês do vencimento do imposto, excetuado o disposto no § 8º.

§ 8º - As aeronaves com mais de vinte anos de fabricação terão a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado.”

Alteração 2ª - Os incisos I e III e os §§ 2º e 3º do Art. 11 passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - no mês de fevereiro de 2000, nas datas fixadas em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “c” do § 1º do art. 2º, o IPVA deverá ser pago no prazo de até trinta dias da data da aquisição, do desembaraço aduaneiro ou da arrematação em leilão, respectivamente”.

“§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até quatro parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira, no mês de fevereiro e a última no mês de maio, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda”.

§ 3º - Para pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de:

a) 10% (dez por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;

b) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.”

Alteração 3ª - Ficam revogados o inciso II e o § 4º do art. 11.

Art. 2º - Fica aprovada, nos termos do inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, a tabela de valores venais para o cálculo do IPVA do exercício do ano 2000, que constitui o Anexo Único desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2000, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Elio Rusch, Cesar Silvestri, Edno Guimarães e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A proposição de emenda justifica-se em razão da flexibilidade que introduz à proposta original do IPVA, para efeito de pagamento deste imposto. Para tanto, altera o calendário do IPVA, dispondo que em relação aos veículos usados o pagamento em parcela única no mês de janeiro de 2000 será beneficiado com redução de 10% do valor do imposto devido, e no mês de fevereiro de 2000, com redução de 5%, bem como estabelece que o pagamento parcelado ocorrerá nos meses de fevereiro a maio de 2000, nas datas fixadas em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Inclua-se onde couber o seguinte artigo no Projeto de Lei nº 606/99:

“Art. ... - O art. 4º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, passará a vigorar com a seguinte redação, ficando revogada a Modificação nº 05, da Lei nº 11.972, de 19 de dezembro de 1997.

“Art. 4º - As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) ou cadastrados na SEFA, na categoria aluguel ou espécie carga, exceto veículos de propriedade de empresas locadoras;

II - 2,5% (dois e meios por cento) para os demais veículos registrados no DETRAN ou cadastrados no SEFA.”

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(aa) NELSON GARCIA

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Edno Guimarães, Pastor Edson Praczyk, 01 ilegível.

O projeto volta à C.C.J..

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/99, Orçamento Geral para o exercício do ano de 2.000. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O.. COM SUBSTITUTIVO GERAL.

PROJETO DE LEI Nº 498/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I**Das Disposições Comuns**

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2.000, compreendendo:

I - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

II - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Seção II**Da Estimativa da Receita**

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, e estimada no valor de R\$10.954.512.680,00 (dez bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e doze mil e seiscentos e oitenta reais).

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras Receitas correntes e de capital, conforme dispõe o Artigo 33 da Lei Estadual nº 12.065, de 06 de julho de 1999, e a legislação estadual pertinente, nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

	Em R\$1,00
1 - Receitas de recolhimento centralizado	R\$ 9.277.873.880
1.1 - Receitas correntes	R\$ 4.831.722.600
1.2 - Receitas de capital	R\$ 4.446.151.280
2 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos (exclusive transferências do Tesouro Nacional)	R\$ 1.083.143.050
2.1 - Receitas correntes	R\$ 948.437.580
2.2 - Receitas de Capital	R\$ 134.705.470
3 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das empresas públicas e sociedade de economia mista, para o orçamento de investimento (exclusive transferências do Tesouro Nacional)	R\$ 593.495.750
3.1 - Receitas correntes	R\$ 493.442.000
3.2 - Receitas de capital	R\$ 100.053.750
4 - Total da Receita	R\$10.954.512.680
4.1 - Receitas correntes	R\$ 6.273.602.180
4.2 - Receitas de capital	R\$ 4.680.910.500

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os orçamentos fiscal e próprio da Administração Direta discriminados no Anexo III, estimam a Receita em R\$10.361.016.930,00 (dez bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, dezesseis mil e novecentos e trinta reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 4º - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as Receitas de transferência do Estado, está estimado em R\$859.207.040,00 (oitocentos e cinquenta e nove bilhões, duzentos e sete mil e quarenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com Recursos do Tesouro e de outras fontes, constam no Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O programa de obras custeadas com Recursos do Tesouro e de outras fontes esta detalhado no Anexo V desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de primeiro de julho de 1999, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, aplicada no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1999, dando ciência prévia a Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência a Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo

os percentuais e totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

Seção V

Das Autorizações para Aberturas de Créditos e Ajustes de Fontes.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, e o pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do Art. 43, da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II e III do § 1º ao Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de acordos e convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação no Orçamento Geral do Estado, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque os recursos financeiros tornados disponíveis, dando ciência a Assembléia Legislativa do Estado;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - abrir créditos suplementares ao programa Paraná 12 Meses/BIRD, ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAN/BIRD, ao Projeto Qualidade no Ensino Público no Paraná - PQE/BIRD, ao Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID, ao Programa Paraná Urbano/BID, ao Programa de Saneamento Ambiental/ PARANASAN/OECF, ao Programa Paraná Urbano/OECF, Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba, ao Programa de Modernização Fazendária/CEF e Pro-Saneamento/CEF, utilizando como Recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VI - proceder a compensação, conversação ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos e atividades e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - abrir créditos suplementares aos orçamentos próprios das unidades da Administração Indireta, decorrentes de recursos provenientes de SUPERAVIT Finan-

ceiro, apurado em seus balanços patrimoniais do exercício de 1999, conforme inciso I, do § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender programas aprovados por esta lei, dando ciência a Assembléia Legislativa.

VIII - Alterar o programa de obras, orçado nesta lei a nível de unidades orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento) custeados com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado.

Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais abertos com base no Item I deste artigo.

IX - Abrir créditos suplementares para atender despesas com o pagamento de precatórios advindos de determinação legal e /ou acordos judiciais, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar a Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia de cada mês, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para atender ao disposto na Lei Estadual nº 12.201, de 25 de junho de 1998, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco, e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14 - Fica o Poder Legislativo autorizado, a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 15 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Da Execução Do Orçamento
e dos Créditos por
Antecipação da Receita

Art. 16 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita nos termos do Título VI,

Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Seção VII

Das Disposições Gerais

Art. 17 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscal e próprio da Administração indireta, com os valores na forma do disposto no Art. 7, desta lei.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2.000, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.1999.

(a) PODER EXECUTIVO

MENSAGEM Nº 17/99

Excelentíssimo Senhor Presidente
Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2000, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e a Lei nº 12.605, de 06 de julho de 1999 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2000)

As propostas orçamentárias dos Órgãos/Unidades do estado estão compatibilizadas com as orientações e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000 e com a Proposta do Plano Plurianual, entregue a esta Casa de Leis nesta mesma data, cujas Linhas de Ação e respectivos Programas, apresentamos a seguir:

I - Geração de Empregos (Oportunidades de Trabalho)
Geração de Trabalho e Renda
Jovem Empresário
Atração de Investimentos
Internacionalização de Empresas
Cadeias Produtivas
Desenvolvimento do Turismo
Divulgação do Paraná

Eco-Turismo
Paraná Mineral

II - Desenvolvimento da Agropecuária (Ação no Campo)
Paraná 12 Meses
Desenvolvimento do Agronegócio

III - Segurança Pública e Desenvolvimento Social
Comunidade Segura
Universalização e Desenvolvimento Educacional
Qualidade no Ensino Público
Expansão e Melhoria no Ensino Médio
Paraná+Saúde
Paraná mais Justiça
Desenvolvimento da Política de Assistência Social
Desenvolvimento do Ensino Superior
Paraná Mais Habitação
Ação Cultural
Marcos Culturais
Desenvolvimento do Esporte e Lazer
Verão Paranaense
Paraná Solidariedade
Ordenação Fundiária
Plano de Saúde

IV - Desenvolvimento Urbano e Regional
Paraná mais Saneamento
Programa de Saneamento Ambiental - PROSAM
Programa de Saneamento Ambiental -
PARANASAN
PARANAURBANO
Programa de Integração do Transporte Metropoli-
tano de Curitiba

V - Infra-estrutura e Desenvolvimento Estratégico (Anel
de Desenvolvimento)
Desenvolvimento integrado dos Transportes
Paraná mais Energia

VI - Preservação e Desenvolvimento Sustentado do Meio
Ambiente (Paraná Ambiental)
Paraná Ambiental
Rede de Biodiversidades
Regularização Fundiária, Cartografia e Cadastro

VII - Ações de Vanguarda (Paraná na Frente)
Vanguarda no Esporte
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fomento à Telemática
Ações Estratégicas

VIII - Administração Pública
Modernização da Administração Pública
Planejamento e Coordenação Geral
Paraná Fiscal
Modernização da Administração Fazendária
Paraná mais Informação
Reparos e Construção de Prédios Públicos
Administração Pública
Judiciário mais Perto do Povo
MP - Ação pela Cidadania
Ação Legislativa
Serviço de Controle Externo ao Estado
Obrigações Especiais

A programação dos recursos por Programas se constitui no elo de ligação entre o Plano Plurianual e os Orçamentos Anuais.

O presente Anteprojeto de Lei compõe-se dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

A Receita Total, compreendendo as receitas de recolhimento centralizado e as receitas próprias de recolhimento descentralizado, está estimada em R\$10.954.512.680,00 (dez bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e oitenta reais), a preços de 1º de julho de 1999, conforme especificada:

RECEITA	VALOR (R\$1,00)
1. Receita de recolhimento centralizado	R\$ 9.277.873.880
2. Receitas próprias de recolhimento descentralizado das autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundações e Fundos	R\$ 1.083.143.050
3. Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (para o orçamento de investimento)	R\$ 593.495.750
4. Total da Receita	R\$10.954.512.680

Do total das previsões de recursos do Tesouro R\$3.892.590.770,00 (três bilhões oitocentos e noventa e dois milhões, quinhentos e noventa mil e setecentos e setenta reais) serão obtidos mediante as desestatizações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, do Banco do

Estado do Paraná - BANESTADO e com a venda de títulos públicos. A estimativa é obter R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) com a COPEL, R\$392.590.770,00 (trezentos e noventa e dois milhões, quinhentos e noventa mil e setenta reais) com o BANESTADO e

R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) com a comercialização de títulos públicos dos quais o Estado é portador.

A PARANAPREVIDÊNCIA será capitalizada em R\$2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões) com recursos provenientes da privatização da COPEL.

ORÇAMENTOS	VALOR (R\$1,00)
1. Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta	R\$10.361.016.930
2.Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (excluindo as transferências do Tesouro)	R\$ 593.495.750

O Orçamento das Instituições Estaduais de Ensino Superior está estimado em R\$560.847.720,00 (quinhentos e sessenta milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e setecentos e vinte reais) sendo composto de:

Recursos do Tesouro	R\$308.351.050,00
Recursos Próprios	R\$252.496.670,00
TOTAL	R\$560.847.720,00

Nas Receitas de Recolhimento Descentralizado também está prevista receita de R\$230.100.000,00 (duzentos e trinta milhões e cem mil reais) na fonte 55 - Transferências da União - SUS face à habilitação do Estado do Paraná para a Gestão Plena do Sistema de Saúde, já aprovada e em fase final de tramitação no Ministério da Saúde. estes recursos, a serem repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde, destinar-se-ão ao pagamento de procedimentos hospitalares e ambulatoriais de alto custo realizados pelos prestadores do Sistema, excetuados aqueles realizados nos treze municípios que já estão em Gestão Plena (Curitiba, Londrina, Pato Branco, Maringá, Apucarana, Umuarama, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Mandaguari, Terra Boa, Dois Vizinhos e São Jorge do Patrocínio).

O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista apresenta de Transferência do Tesouro Estadual R\$265.711.290,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e onze mil, duzentos e noventa reais) o que implica em um total do Orçamento de Investimento, na ordem de R\$859.207.040,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e sete mil e quarenta reais), destacando-se dentre eles o da Companhia Paranaense de Energia no valor de R\$435.031.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco milhões e trinta e um mil reais) e o da Companhia de Saneamento do Paraná no valor de R\$268.058.510,00 (duzentos e sessenta e oito milhões, cinquenta e oito mil e quinhentos e dez reais).

Os Anexos que fazem parte deste Anteprojeto de Lei contêm detalhes sobre o Programa de Trabalho do Governo, bem como informações da situação econômica e financeira do Estado, através da Exposição Justificativa.

O Anteprojeto de Lei para o exercício de 2000 possui uma nova apresentação dos orçamentos uma vez que

O total das receitas foi programado para atender as despesas dos orçamentos abaixo especificados, em consonância com as normas legais vigentes:

as ações estão identificadas em termo de funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme determinação da Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão. Nas Operações Especiais foram englobadas aquelas despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser agregado no processo produtivo, ou seja Inativos e Pensionistas. Precatórios, Dívida, Indenizações e outras Afins.

O Poder Executivo ficará à disposição, através da Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 498/99

P A R E C E R :

Trata-se de Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2000, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 17/99.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 6.318 emendas, tendo sido acolhidas deste total 4.036 emendas, sendo 2.255 emendas à despesa. 1780 emendas ao conteúdo programático e 1 ao texto da lei.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator as emendas tecnicamente corretas até o limite de R\$ 1.500.000, 00 (Hum milhão e quinhentos mil reais).

Tais critérios foram erigidos com base em dados fornecidos pelo Poder Executivo. Tais elementos merecem acatamento por parte deste relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos Senhores Deputados, considerando-se a atual situação econômico-financeira do Estado e a possível aprovação da Lei Federal de responsabilidade fiscal.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 126.157.867,00 (cento e vinte e seis milhões, cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e sessenta e sete reais), sendo atendidas por cancelamento, na mesma importância, apontados pelos Senhores Deputados dentre as diversas dotações consignadas na proposta do Executivo, preservando o seu valor original.

É de se notar que, ao acatar 4.036 emendas, o que representa em termo percentuais de 64% das Emendas apresentadas, respeitou-se a prerrogativa constitucional dos Senhores Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este relator entendeu por bem alterar o artigo 9º do texto original. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo preservando as prerrogativas dos Senhores Deputados, para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas, obedecendo-se à técnica peculiar do processo classificatório.

Assim, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 01.12.99.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 498/99

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2000 compreendendo:

I - os Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta;

II - o Orçamento de Investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Seção II

Da Estimativa de Receita

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, é estimada no valor de R\$ 10.954.512.680,00 (dez bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e oitenta reais).

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 33 da Lei Estadual nº 12.605, de 06 de julho de 1999. E a Legislação Estadual pertinente nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

	Em R\$1,00
1 - Receitas de recolhimento centralizado	R\$9.277.873.880
1.1 - Receitas correntes	R\$ 4.831.722.600
1.2 - Receitas de capital	R\$ 4.446.151.280
2 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.083.143.050
2.1 - Receitas correntes	R\$ 948.437.580
2.2 - Receitas de Capital	R\$ 134.705.470
3 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das empresas públicas e sociedades de economia mista, para o orçamento de investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 593.495.750
3.1 - Receitas correntes	R\$ 493.442.000
3.2 - Receitas de capital	R\$ 100.053.750
4 - Total da Receita	R\$10.954.512.680
4.1 - Receitas correntes	R\$ 6.273.602.180
4.2 - Receitas de capital	R\$ 4.680.910.500

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os orçamentos fiscal é próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a Receita em R\$10.361.016.930,00 (dez bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, dezesseis mil e novecentos e trinta reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 4º - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as Receitas de transferências do Estado, está estimado em R\$859.207.040,00 (oitocentos e cinquenta e nove bilhões, duzentos e sete mil e quarenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com Recursos do Tesouro e de outras fontes, constam no Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O programa de obras custeadas com Recursos do Tesouro e de outras fontes esta detalhado no Anexo V desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de primeiro de julho de 1999, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, aplicada no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1999, dando ciência prévia a Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projetos/atividades/operações especiais

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência a Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por unidade orçamentária e por projetos/atividades/operações especiais

Seção V

Das Autorizações para Aberturas de Créditos e Ajustes de Fontes.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, e o pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) por projeto atividade das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de con-

vênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos suplementares, até o limite de 8% (oito por cento) das dotações definidas neste orçamento utilizando como recursos as formas previstas no § 1º o ao Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações definidas neste orçamento, proceder a compensação conversão ou criação de fonte de recursos ordinários vinculados ou próprios dos projetos/atividades/operações especiais e das obras sem lhes alterar o valor global com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais e serviços da dívida;

V - alterar o programa de obras orçado nesta lei a nível de projetos e atividades orçamentárias até o limite de 10% (dez por cento) custeados com recursos o Tesouro e de outras fontes desde que tecnicamente justificado não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais abertos com base no Item I deste artigo.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar a Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia de cada mês, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para atender ao disposto na Lei Estadual nº 12.201, de 25 de junho de 1998, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco, e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no §1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14 - Fica o Poder Legislativo autorizado, a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 15 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI**Da Execução Do Orçamento
e dos Créditos Por
Antecipação Da Receita**

Art. 16 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Seção VII**Das Disposições Gerais**

Art. 17 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da lei orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos/atividades/operações especiais os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscal e próprio da Administração indireta, com os valores na forma do disposto no Art. 7, desta lei.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de R\$10.000.000,00, (dez milhões de reais) para atender ao programa Estadual de Transporte Escolar instituído pela lei Estadual nº 11.721, de 20 de maio de 1997, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal, nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais até o limite de R\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais) para atender ao programa de desenvolvimento da Política de Assistência Social e outras ações de apoio aos Municípios utilizando para cancelamento recursos oriundos da dotação 9.085 - contribuição ao Fundo - Ensino Fundamental da unidade orçamentária Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, indicada no anexo de cancelamento (Anexo VIII, desta lei de acordo com as formas previstas no § 1º do Art. 43 da lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 21 - Fica autorizada a abertura no orçamento da Assembléia Legislativa da operação especial destinada a atender despesas com inativos e pensionistas.

Parágrafo Único - Para atendimento do disposto no Caput deste artigo serão alocados recursos da ordem de R\$16.316.160,00 (dezesesseis milhões, trezentos e dezesesseis

mil, cento e sessenta reais) oriundos do cancelamento de despesa - espécie 1, nos seguintes desdobramentos.

I - Suplementação

9.000 - Encargos com inativos e pensionistas - AL 31900111 - Fonte 00 - R\$16.316.160,00

II - Cancelamento

2.000 - Processo Legislativo

31900100 - Fonte 00 - R\$16.316.160,00

Art. 22 - Passam a fazer parte integrante da presente lei os Anexos VI, VII e VIII devendo o Poder Executivo proceder as alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação da presente lei.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2000, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.12.99.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2657 de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada por uma (01) Sessão Ordinária do Projeto de Lei nº 498/99, que consta da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei nº 498/99.

Obs.: Consta ainda no mesmo requerimento, que o mesmo retorne na Sessão Ordinária de amanhã, dia 02 (dois) de dezembro. **Aprovado.** O mesmo retornará amanhã na Ordem do Dia.

DISCUSSÃO ÚNICA**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/99**

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 04 e 12 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de, em Washington, fazer gestões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, objetivando a complementação de financiamentos para integralização da parte de recursos externos ao "Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria da Infra-estrutura Municipal - PARANAURBANO e, em Nova Iorque, tratar de assuntos particulares.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2633 e 2634, de autoria do Sr. Deputado Beraldin, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2643 e 2660, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2647, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2648, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2649 a 2656, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2659, de autoria do Sr. Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2664, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/99.

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 029/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 087, 516, 530, 533, 543, 577 e 598/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 521/95, 361, 498, 562, 566, 582 e 603/99.

Levanta-se a sessão.

OFÍCIO Nº 38/99

Curitiba, em 14.10.99.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de AGOSTO/99, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Agosto MÊS:Agosto		MÊS:Agosto Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:31/08/99
RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS	
I - ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES	6.610.000,00	53.640.000,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	6.610.000,00	53.640.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	
TOTAL DA RECEITA	6.610.000,00	54.140.000,00	
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO			

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
ATIVO FINANCEIRO	3.427.518,40	3.427.518,40
REALIZÁVEL	3.427.518,40	3.427.518,40
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.552.708,66	3.168.435,16
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.552.708,66	3.168.435,16
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.874.809,74	6.595.953,56
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	16.709.674,65	11.922.822,27
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	16.709.674,65	11.922.822,27
TOTAL	25.194.484,39	72.658.775,83

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Agosto MÊS:Agosto		MÊS:Agosto Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 31/08/99
DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS	
I - ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	7.719.516,84	50.777.114,53	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.653.426,32	43.112.214,71	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.066.090,52	7.664.899,82	
DESPESAS DE CAPITAL	49.765,38	208.777,38	
INVESTIMENTOS	49.765,38	208.777,38	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	
TOTAL DE DESPESAS	7.769.282,22	50.985.891,91	
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO			
RESTOS A PAGAR	2.720,00	1.577.625,57	
PAGAMENTOS	2.720,00	1.577.625,57	
CANCELAMENTOS	0,00	0,00	
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	
REALIZÁVEL	0,00	0,00	
PENDENTE	0,00	0,00	
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00	
PASSIVO FINANCEIRO	738.290,44	3.411.066,62	
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	738.290,44	3.411.066,62	
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00	
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	741.010,44	4.988.692,19	
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE			

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	16.684.191,73	16.684.191,73
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	16.684.191,73	16.684.191,73
TOTAL	25.194.484,39	72.658.775,83

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenador de Contabilidade

relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 39/99

Curitiba, em 14.10.99.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de SETEMBRO/99, conforme

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Setembro	MÊS: Setembro Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG: 01 Data: 30/09/99
---	----------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	2.290.000,00	55.930.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	2.290.000,00	55.930.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	2.290.000,00	56.430.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	496.292,36	3.923.810,76
REALIZÁVEL	496.292,36	3.923.810,76
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
PASSIVO FINANCEIRO	1.700.090,15	4.868.525,31
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.700.090,15	4.868.525,31
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.196.382,51	8.792.336,07
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	16.684.191,73	11.922.822,27
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	16.684.191,73	11.922.822,27
TOTAL	21.170.574,24	77.145.158,34

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Setembro MÊS:Setembro		MÊS:Setembro Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 30/09/99
DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS	
I - ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	6.827.310,65	57.604.425,18	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.674.657,78	48.786.872,49	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.152.652,87	8.817.552,69	
DESPESAS DE CAPITAL	2.523,00	211.300,38	
INVESTIMENTOS	2.523,00	211.300,38	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	
TOTAL DE DESPESAS	6.829.833,65	57.815.725,56	
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO			
RESTOS A PAGAR	0,00	1.577.625,57	
PAGAMENTOS	0,00	1.577.625,57	
CANCELAMENTOS	0,00	0,00	
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	
REALIZÁVEL	0,00	0,00	
PENDENTE	0,00	0,00	
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00	
PASSIVO FINANCEIRO	2.730.403,08	6.141.469,70	
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.730.403,08	6.141.469,70	
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00	
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.730.403,08	7.719.095,27	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	11.610.337,51	11.610.337,51
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	11.610.337,51	11.610.337,51
TOTAL	21.170.574,24	77.145.158,34

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
 Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
 Coordenador de Contabilidade

relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) **EDISON CARLOS DE OLIVEIRA**
 Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 40/99

Curitiba, em 24.11.99.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de OUTUBRO/99, conforme

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Outubro	MÊS:Outubro Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG: 01 Data:31/10/99
--	--------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	6.770.000,00	62.700.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	6.770.000,00	62.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	6.770.000,00	63.200.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	3.923.810,76
REALIZÁVEL	0,00	3.923.810,76
PENDENTE	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.908.345,66	6.776.870,97
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.908.345,66	6.776.870,97
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.908.345,66	10.700.681,73
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	11.610.337,51	11.922.822,27
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	11.610.337,51	11.922.822,27
TOTAL	20.288.683,17	85.823.504,00

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Outubro	MÊS: Outubro Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/10/99
--	---------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	6.989.328,54	64.593.753,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.842.821,42	54.629.693,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.146.507,12	9.964.059,81
DESPESAS DE CAPITAL	27.735,00	239.035,38
INVESTIMENTOS	27.735,00	239.035,38
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	7.017.063,54	64.832.789,10
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	1.577.625,57
PAGAMENTOS	0,00	1.577.625,57
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	3.846.201,64	9.987.671,34
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.846.201,64	9.987.671,34

(cc) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.846.201,64	11.565.296,91
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	9.425.417,99	9.425.417,99
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	9.425.417,99	9.425.417,99
TOTAL	20.288.683,17	85.823.504,00